

**LENIN E A EXTINÇÃO DO ESTADO:  
APONTAMENTOS CRÍTICOS**

Eixo: Movimento operário e organização de classe lições da história e perspectivas de emancipação

Severina Mártir Lessa de Moura<sup>1</sup>  
Edna Bertoldo<sup>2</sup>

**RESUMO**

A crise do movimento operário e a questão da transição ao comunismo vem motivando debates ao longo dos anos pós-revolucionários, tendo como referência os acontecimentos na Comuna de Paris (1871) e na Revolução Russa (1917), exigindo a necessária crítica do passado como um recurso imprescindível para orientar a luta do futuro. Durante o processo revolucionário na Rússia, Vladimir Ilitch Lenin explode em denúncias sobre os *oportunistas* dentro do movimento dos trabalhadores, indicando restabelecimento do pensamento do marxismo clássico. Na obra *O Estado e Revolução*, o autor russo busca compreender os dilemas que os trabalhadores enfrentavam nos desdobramentos da revolução e as tarefas imediatas do movimento operário. No contexto das ideias de Lenin sobre o Estado, neste trabalho objetivamos participar do debate sobre a transição ao comunismo a partir das contribuições de Lenin em *O Estado e a Revolução*, desenvolvendo ponderações críticas quando o genial pensador trata sobre a questão da *extinção* do Estado burguês.

**Palavras-chave:** Estado e revolução; transição ao comunismo; extinção do Estado.

**ABSTRACT**

The crisis of the labor movement and the question of the transition to communism has motivated debates over the post-revolutionary years, with reference to the events of the Paris Commune (1871) and the Russian Revolution (1917), requiring the necessary critique of the past as an indispensable guide to the struggle of the future resource. During the revolutionary process in Russia, Vladimir Ilyich Lenin explodes into complaints about the opportunists within the labor movement, indicating reestablishment of thought of classical Marxism. In the book *The State and Revolution*, the Russian author seeks to understand the dilemmas that workers faced in the unfolding of the revolution and the immediate tasks of the labor movement. In this space, in the context of the ideas of Lenin on the State aimed to join the debate on the transition to communism from the contributions of Lenin in his work *The State and Revolution*, critical considerations when developing the brilliant thinker comes to the question the extinction of the bourgeois state.

**Keywords:** State and Revolution; transition to communism; extinction of the state.

---

1 Membro do Grupo de Pesquisa Trabalho, Educação e Ontologia Marxiana, e do Programa de Pós-Graduação em Educação Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

2 Membro do Grupo de Pesquisa Trabalho, Educação e Ontologia Marxiana, e do Programa de Pós-Graduação em Educação Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

## Introdução

Lenin escreveu *O Estado e a Revolução* no período entre agosto e setembro de 1917, na clandestinidade e vivenciando as agruras de um revolucionário visceralmente envolvido, político e intelectualmente, com as tarefas imediatas do movimento operário nos desdobramentos da Revolução Russa. Indignado com os horrores da guerra prolongada e a situação de miséria das massas em geral e dos trabalhadores, vislumbrava a revolução proletária internacional. Naquele momento, para Lenin (1988, p. 223) “A luta para libertar as massas trabalhadoras da influência da burguesia em geral, e da burguesia imperialista em particular” era inviável “sem uma luta contra os preconceitos oportunistas em relação ao Estado”. É nesta convicção, que afirma no prefácio do *O Estado e a Revolução*, que “A questão do Estado adquire actualmente uma importância particular tanto no aspecto teórico como no aspecto político prático” (id, ibid, p. 223). Tratando especificamente do que vem ocorrendo com a teoria marxiana, Lenin pontua que na perspectiva do “arranjo” do marxismo “encontram-se agora a burguesia e os oportunistas” infiltrados no movimento operário. “Esquece-se, afasta-se, deturpa-se o lado revolucionário da doutrina, a sua alma revolucionária. Coloca-se em primeiro plano, glorifica-se, aquilo que é aceitável ou que parece aceitável para a burguesia” (id, Ibid, p. 225).

Ciente da necessidade urgente do restabelecimento do pensamento dos clássicos revolucionários como estratégia de luta contra o Estado imperialista se empenhou em examinar “em primeiro lugar a doutrina de Marx e de Engels sobre o Estado, detendo-nos de modo particularmente pormenorizado nos aspectos desta doutrina que foram esquecidos ou submetidos a uma deturpação oportunista” (id, ibid, p. 223). Na totalidade da obra evidencia-se a contínua preocupação do marxista russo com a libertação da classe trabalhadora e com as estratégias (táticas) que poderiam emergir da “correta” teoria marxiana, tendo como meta a sustentação do processo revolucionário. Como afirma Florestan Fernandes (1978, p. 60) em sua apresentação de *O Estado e a Revolução*, ele pretendia “conhecer melhor as forças contra-revolucionárias, interpretá-las com maior rigor para tentar compreender o que representava, naquele momento a capacidade de luta política dos proletários”.

Contra o “oportunismo”, Lenin relaciona a questão do Estado à questão da revolução. E, nesta direção, ataca com toda força o acúmulo de ações oportunistas a serviço da burguesia. Ao realizar a contraposição aos ideólogos reformistas desenvolveu sua obra a partir de três eixos fundamentais: a ideia da imediata destruição da máquina estatal burguesa; a tese da ditadura do proletariado e a viabilidade da extinção do Estado.

Sabemos do legado e da importância da obra “*O Estado e a Revolução*”, das polêmicas e dos estudos por ela motivados. Uma das polêmicas de peso debruça-se sobre a questão de Lenin ter afirmado que existe uma teoria de Marx sobre o Estado e, que, nessa obra, teria tributado de ideias sobre o Estado de Engels e Marx de forma aleatória, não discriminando “a natureza e a estrutura dos trechos de que se vale” (NETTO, 2004, p. 126). Vimos, também, com Rafael Afonso da Silva (2007, p.36) que Nicos Poulantzas (2000) “sustenta que Lenin tem uma concepção “instrumentalista” do Estado, identificando “poder de Estado” e “poder de classe” e, desse modo Lenin pensa o Estado “como simples objeto instrumento” utilizado pela classe dominante para exercer seu poder. Crítica, esta, que Silva (2007, p. 37) busca ultrapassar, demonstrando argumentos que apontam “uma concepção mais sofisticada do Estado que a defendida pela perspectiva ‘instrumentalista’”. Identifica-se, também, críticas ao Lenin *economicista*, e, pergunta-se, porque, se ele conhecia tão bem o pensamento marxiano.

Neste espaço, no contexto geral das ideias de Lenin sobre o Estado, objetivamos participar do debate sobre a transição ao comunismo a partir das contribuições de Lenin em sua obra *O Estado e a Revolução*, desenvolvendo breves ponderações críticas quando o genial pensador trata sobre a questão da *extinção* do Estado burguês. Para tanto, teremos como referências básicas autores marxistas, tais como Ivo Tonet (2014), Rafael Afonso da Silva (2007) e Sérgio Lessa (2008).

### **Interpretação lenineana do Estado**

Ao longo da obra *O Estado e a Revolução*, diante do objetivo de reestabelecer a teoria marxista do Estado, Lenin transita entre os textos de Engels e Marx, como se estivesse expondo a evolução do raciocínio marxiano sobre o Estado. Inicialmente, tributa de Engels em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, o que identifica como a ideia básica do marxismo sobre o papel histórico do Estado: “o produto e a manifestação do caráter inconciliável das contradições de classe”, surgindo “precisamente onde, quando e na medida em que as contradições de classe objetivamente não podem ser conciliadas” e “para que estes contrários, classes com interesses econômicos em conflito, não se devorem e à sociedade numa luta infrutífera, tornou-se necessário um poder, que aparentemente está acima da sociedade” abafando e controlando os conflitos, mantendo-os dos limites da ordem. O poder que nasce da sociedade colocando-se acima dela “e que a cada vez se aliena dela, é o Estado”. Após citar Engels, Lenin (ibid, p. 226) afirma que “é precisamente neste ponto essencial e

importantíssimo que surge a deturpação do marxismo, no contexto das ideias que circulavam no processo revolucionário de 1917, seguindo duas linhas principais”.

A primeira é a dos ideólogos burgueses (em especial os pequeno-burgueses) que, forçados por fatos históricos inquestionáveis, reconhecem “que o Estado existe apenas onde existem contradições de classe e luta de classes - ‘corrigem’ Marx de tal maneira que o Estado aparece como um órgão de *conciliação* de classes”. Se, para Marx, “o Estado é um órgão de *dominação* de classe, um órgão de *opressão* de uma classe por outra, é justamente a necessidade da *ordem* “que consolida esta opressão moderando o conflito de classes”; para os políticos pequeno-burgueses “a ordem é precisamente a conciliação das classes e não a opressão de uma classe por outra” (LENIN, *ibid*, p. 226).

Para o revolucionário russo, fica claro a impregnação dessa teoria pequeno-burguesa da ‘conciliação’ nas inúmeras resoluções e artigos políticos de ambos os partidos, evidenciando-se que a democracia pequeno-burguesa nunca poderá compreender o Estado como um instrumento de dominação de determinada classe. Reafirma que a forma como os socialistas-revolucionários e mencheviques reagiram diante do Estado é uma das provas evidenciadas de que não são, de forma nenhuma, socialistas, mas democratas pequeno-burgueses que se utilizam de uma fraseologia quase-socialista.

A segunda linha divergente apresentada por Lenin (*ibid*, p. 227) é a seguinte: “a deturpação ‘kautskiana’ do marxismo é muito mais subtil”, pois aqui ‘teoricamente’ “não se nega que o Estado seja um órgão de dominação de classe nem que as contradições de classe sejam inconciliáveis”.

Se o Estado é o produto do caráter inconciliável das contradições de classe, se ele é um poder que está acima da sociedade e que ‘*cada vez mais se aliena da sociedade*’, então é evidente que a emancipação da classe oprimida é impossível não só sem uma revolução violenta *mas também sem a destruição* do aparelho do poder de Estado que foi criado pela classe dominante e no qual está encarnada esta ‘alienação’. (id, *ibid*, p. 227, grifo do autor).

Nestes termos, perde-se de vista e atenua-se gradualmente a essência do que seja o Estado para Marx. Na opinião dele, Kautsky “‘esqueceu’ e adulterou” a concepção marxiana.

Ainda, fundamentado em Engels, nosso autor analisa a noção de *força*, que é o poder de Estado, um poder público diferenciado da população, que é constituída pelos “destacamentos especiais de homens armados tendo à sua disposição prisões, etc”, que se diferencia essencialmente da organização armada espontânea. “O exército permanente e a polícia são os principais instrumentos da força do poder de Estado” e, assim, Lenin pergunta: “mas como poderia ser de outra maneira?” (*ibid*, p. 228) a Europa, no final do século XIX,

sem ter vivenciado uma grande revolução, a questão da ‘organização armada espontânea da população’ era incompreensível e ainda mais com os filisteus dominantes obscurecendo o papel do Estado na ordem social. Sobre a questão dos destacamentos especiais, colocados acima da sociedade e alienados dela “os filisteus europeus ocidentais e russos inclinam-se a responder com um par de frases copiadas de Spencer ou Mikháilovski com uma referência à complexidade crescente da vida social, à diferenciação das funções, etc.” (ibid, p.228).

A referência teórica dos positivistas confere aos filisteus a cientificidade necessária para obscurecer o essencial em uma sociedade dividida em classes sociais inconciliáveis e hostis entre si. “[...] e cada revolução, ao destruir o aparelho de Estado, mostra-nos uma luta de classes descoberta, mostra-nos claramente como a classe dominante se esforça por reconstruir os destacamentos especiais de homens armados que a servem [...] (LENIN, 1988, p. 228). A questão dos privilégios facultados aos funcionários públicos como órgãos do poder de Estado é posta. O que é que os colocam *acima* da sociedade? Como adquirir novos meios de repressão e exploração da classe oprimida? Para Lenin, esta questão foi resolvida na prática com a Comuna de Paris, em 1871, quando Marx afirma que o Estado ““é, em regra, o Estado da classe mais poderosa, economicamente dominante, a qual por meio dele se torna também a classe politicamente dominante””, assertiva que foi atenuada gradualmente de modo reacionário por Kautsky em 1912.

Na continuidade do seu texto, Lenin reconhece a consolidação da concepção de Estado burguês na obra *O 18 de Brumário de Louis Bonaparte* quando o pensador alemão faz o balanço da revolução (1848-1851) precisando que “Neste notável raciocínio, o marxismo dá um imenso passo em frente em comparação com o *Manifesto Comunista* pois, neste, a questão do Estado “é ainda posta de uma maneira extremamente abstrata, nas noções e nos termos mais gerais”; no “*O 18 Brumário de Louis Bonaparte*” é posta de maneira concreta e a conclusão é extraordinariamente precisa, definida, praticamente tangível: todas as revoluções anteriores aperfeiçoaram a máquina do Estado, mas é preciso demoli-la, quebrá-la” (id, ibid, p. 240). Afirma categoricamente que, assim, chega-se ao que é fundamental na doutrina do marxismo sobre o Estado. E, mais uma vez, vemos com o autor russo que “precisamente esta coisa fundamental não só foi completamente *esquecida* pelos partidos sociais-democratas oficiais dominantes mas francamente *deturpada* pelo teórico mais destacado da II Internacional, K Kautsky” (id, ibid, p. 240-224, grifo do autor).

Seguindo o “balanço da experiência” evocada por Marx no percurso de 1848-1851, Lenin expõe sua própria experiência com a consolidação do Estado burguês, sua burocracia e repressão, na Rússia pós-revolucionária de 1917. Naquela Rússia, em suas particularidades,

repetia-se o movimento com as acomodações de funcionários democratas-constitucionalistas, mencheviques e socialistas-democráticos, em lugares anteriormente desqualificados que preferencialmente eram dados aos cem-negros. As reformas sérias não eram prioridades, “procurando-se adiá-las ‘até à Assembléia Constituinte’ - e adiar a Assembléia Constituinte pouco a pouco até o fim da guerra!”. Contudo, não perderam tempo com a distribuição dos lugares para a composição do governo (vice-ministros, governadores-gerais etc.). Diante de tal situação provocada pela própria burguesia dominadora, surge a necessidade de todos os partidos, inclusive os mais democráticos e ‘revolucionário-democráticos’, de “reforçar a repressão contra o proletariado revolucionário, de consolidar o aparelho de repressão, isto é, a própria máquina de Estado” (LENIN, 1988, p. 242).

As formas dos Estados burgueses são extraordinariamente variadas, mas a sua essência é apenas uma: em última análise, todos estes Estados são, de uma forma ou de outra, mas necessariamente, uma *ditadura da burguesia*. A transição do capitalismo para o comunismo não pode naturalmente deixar de dar uma enorme abundância e variedade de formas políticas, mas a sua essência será necessariamente uma só: *a ditadura do proletariado*. (id, ibid, p. 245, grifo do autor).

Os fatos históricos não indicaram outro caminho a não ser, a imposição da “revolução ‘*concentrar todas as suas forças de destruição*’ contra o poder de Estado” obrigando-a “a colocar a tarefa não de melhorar a máquina de Estado mas de *destruí-la, de suprimi-la*” (ibid, p. 245, grifo do autor).

Até aqui, já é possível identificar qual é a forma de Estado que o revolucionário russo vem refletindo. O Estado não é eterno. Com a divisão da sociedade em classes antagônicas, surge uma força de dominação e opressão de uma classe sobre a outra. A classe mais poderosa econômica e politicamente, domina e utiliza aparelhos repressivos do Estado, tais como destacamentos de homens especiais, prisões etc., para manter um poder público especial é necessário à cobrança de impostos por um órgão acima da sociedade \_ os funcionários públicos. Trata-se do Estado como instrumento de exploração da classe oprimida e, sobretudo, um aparelho repressivo a serviço da burguesia. Esta máquina que representa a ditadura burguesa não pode ser aperfeiçoada, deverá ser destruída.

### **A extinção do Estado em Lenin**

Lenin introduz a discussão sobre a questão da extinção do Estado, partindo da concepção de Engels sobre o Estado: o proletariado ao tomar o poder de Estado, transforma os meios de produção em propriedade do Estado, suprimindo-se por si próprio como classe e

suprimindo todas as diferenças e antagonismos de classes e com isso também o Estado. Continua o raciocínio de Engels: o Estado deixa de governar pessoas para administrar os meios de produção. ‘O Estado não é ‘abolido’, extingue-se’. Lenin considera, sem receio, que este notável raciocínio de Engels, “só se tornou um verdadeiro patrimônio do pensamento socialista nos partidos socialistas contemporâneo que o Estado ‘se extingue’, segundo Marx, sendo completamente distinto da doutrina anarquista da ‘abolição’ do Estado”. Interpretação do marxismo sobre o processo de transição, como uma “ideia vaga de uma mudança lenta [...] da ausência da revolução” (p. 233). Nosso autor, convicto da deturpação, pelos oportunistas, do raciocínio de Engels sobre a (in)viabilidade da revolução violenta, dedica um espaço considerável para *fazer entender* como Engels tratou a questão da extinção do Estado. Após afirmar que a substituição do Estado burguês pelo o Estado proletário só será viável pela *revolução violenta* e que a supressão do Estado proletário só será possível pela via da *extinção*, Lenin diz que “Marx e Engels realizaram um desenvolvimento pormenorizado e concreto destas concepções, estudando cada situação particular” (p.236), passa a tributar das ideias quando estes analisam as lições da experiência de cada revolução particular, primeiro na *Miséria da Filosofia*.

[...] A classe operária substituirá, no curso do desenvolvimento, a velha sociedade burguesa por uma associação que exclui as classes e o seu antagonismo, e deixará de haver um autêntico poder político, pois precisamente o poder político é a expressão oficial do antagonismo de classes no seio da sociedade burguesa. (MARX, p. 182 da ed. Alemã de 1885 apud LENINE, 1988, p. 237).

Em seguida, nosso o autor cita Marx e Engels no *Manifesto Comunista*:

O proletariado usará o seu domínio político para ir arrancando todo o capital das mãos da burguesia, para centralizar todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado, isto é, do proletariado organizado como classe dominante, e para multiplicar o mais rapidamente possível a totalidade das forças produtivas. (MARX; ENGELS, p. 31 e 37 da 7ª edição alemã de 1906 apud LENINE, 1988, p. 237).

Lenin considera importante comparar esta ideia geral de Marx e Engels, sobre o desaparecimento do Estado depois da supressão das classes, conforme apresentada na primeira citação com a que é revelada na segunda. Para o revolucionário russo, alguns meses depois, em novembro de 1847, surge uma das mais notáveis e importantes ideias do marxismo sobre a questão do Estado, “precisamente a ideia da ‘ditadura do proletariado’, e em seguida, uma definição extremamente interessante do *Estado proletário* e que pertence ao número de

‘palavras esquecidas’ do marxismo. ‘O Estado, isto é, o proletariado organizado como classe dominante’” (LENIN, 1988, p. 237-238).

Voltando a tratar da derrubada da burguesia e do seu domínio, nosso autor reafirma que é o proletariado, classe preparada nas condições econômicas de sua existência, que terá a possibilidade e a força para realizar a revolução. A burguesia, ao dividir o campesinato e as camadas da pequena-burguesia, provoca a união e a organização do proletariado. É neste sentido que Lenin, na esteira de Marx, reafirma a necessária derrubada da burguesia através da transformação do proletariado em classe dominante, assumindo o poder de Estado, reprimindo o desespero e a resistência inevitável da burguesia, organizando um novo regime econômico para *todas* as massas de trabalhadores e explorados. Assim, o poder de Estado e toda a força repressora contida nele deverá ser organizada para reprimir violentamente a resistência dos exploradores e para dar rumo à imensa massa da população, os trabalhadores, o campesinato, a pequena burguesia, os semi-proletários, na organização da economia socialista. Lenin, sempre analisando os fatos que vivenciava, insiste na necessária educação do partido operário. A ação educativa das massas, a vanguarda do proletariado, contrapondo-se ao oportunismo dominante na Rússia que educava representantes dos trabalhadores mais bem pagos, que se ‘arranjam’ muito bem sob os proveitos do capitalismo, “que vendem por um prato de lentilhas o seu direito” revolucionário.

A questão da substituição do Estado burguês pelo Estado proletário, a transição ao comunismo, mantém Lenin em permanente investigação. Nesta direção apresenta um raciocínio de Marx que foi retirado de uma carta publicada em 1907, por Mehring, na revista *Neue Zeit* (XXV, 2, 164). A carta foi de Marx para Weydemeyer, de 05 de março de 1852.

O que fiz de novo foi, 1º, demonstrar que a existência das classes está meramente ligada a fases históricas determinadas do desenvolvimento da produção (*historische Entwicklungsphasen der Produktion*); 2º, que a luta de classes conduz necessariamente à ditadura do proletariado; 3º, que esta mesma ditadura constitui apenas a transição para a abolição de todas as classes e para uma sociedade sem classes [...] (MARX apud LENIN, 1988, p. 244).

Para o revolucionário russo, Marx, de forma notável, exprimiu a essência de sua “doutrina” sobre o Estado, diferenciando-se dos maiores pensadores da burguesia, indo além da luta de classes aceitável pelos burgueses, pois o pensador alemão só reconhece a luta de classes no movimento de alargamento desta até a ditadura do proletariado. “Nisto consiste a diferença mais profunda entre o marxista e o vulgar pequeno (e também grande) burguês. É nesta pedra de toque que é preciso experimentar a compreensão e o reconhecimento efectivos do marxismo” (ibid, p. 245), em outras palavras, os liberais reconhecerem a luta de classes,

contudo não conseguem avançar na questão da ampliação da luta de classes para a ditadura do proletariado. “Na realidade, este período é inevitavelmente um período de uma luta de classes de um encarniçamento sem precedentes na agudeza das suas formas”. (LENIN, 1988, p. 245 grifo do autor). E o Estado, como deve ser nesse período? Nas devidas consequências, o Estado proletário, por necessidade, deverá ser *democrático* para o proletariado e ditatorial *de uma maneira nova* contra a burguesia (grifo do autor). Com a destruição da máquina de Estado, o quê a substituirá o proletariado? Com a Comuna, Marx entendeu que naquele movimento revolucionário das massas, mesmo sem ter atingido o seu fim último, estava dado um passo em direção à revolução proletária mundial, julgando necessário operar a única ‘correção’ no *Manifesto Comunista*. Assim, no último prefácio (24 de junho de 1872) à nova edição alemã do *Manifesto*, Marx e Engels tratam do quanto este está obsoleto após a experiência da Comuna. Lenin cita-os: “[...] A Comuna, nomeadamente, forneceu a prova de que ‘a classe operária não pode limitar-se a tomar conta da máquina de Estado que encontra montada e a pô-lo em funcionamento para atingir os seus objetivos próprios’ [...] correção essencial que foi deturpada pelos oportunistas e ignorada pela grande maioria dos leitores do *Manifesto*”. A interpretação vulgar da famosa máxima de Marx sobre o Estado foi a “de um desenvolvimento lento, em oposição à conquista do poder, e outras coisas semelhantes. Na realidade, *é exatamente o contrário*. A próxima tentativa da revolução francesa, diferentemente do que acontecia na Comuna, de então, que só mudou de mãos a maquinaria burocrática e militar do Estado, era *destruí-la (zerbrechen)*).

É neste sentido que o Estado *começa a extinguir-se*. Em vez de instituições especiais de uma minoria privilegiada (funcionalismo privilegiado, comando do exército permanente), a própria maioria pode realizar directamente isto, e, quanto mais a própria realização das funções do poder de Estado se tornar de todo o povo, menos necessário se torna esse poder (LENIN, 1988, p.251, grifo do autor).

Lenin prossegue analisando as medidas que considerou notáveis da Comuna. Entre elas a abolição de todos os dinheiros de representação, de todos os privilégios pecuniários dos funcionários e a redução dos salários de todos os funcionários do Estado ao nível do ‘salário operário’. Para nosso autor é aqui que se manifesta de forma mais evidente da *viragem* (grifo do autor) da democracia burguesa (dos opressores) para a democracia proletária (das classes oprimidas); do Estado como *força especial* para a repressão de uma determinada classe, para a repressão dos opressores pela *força geral* do povo em sua maioria (operários e camponeses). Prossegue dizendo que, por outro lado, é aqui, também, que as lições de Marx sobre a questão

do Estado são mais esquecidas. Os inúmeros comentários populares não tratam disto. Tanto um dos fundadores do oportunismo moderno, o ex-social-democrata Ed. Bernstein, quanto os demais kautskianos atuais, não compreenderam que:

em primeiro lugar, é *impossível* a transição do capitalismo para o socialismo sem um certo ‘regresso’ ao democratismo ‘primitivo’ (pois como passar de outro modo para a realização das funções do Estado pela maioria da população e por toda a população sem exceção?), e, em segundo lugar, que o ‘democratismo primitivo’ na base do capitalismo e da cultura capitalista não é democratismo primitivo dos tempos antigos ou pré-capitalistas. (LENIN, 1988, p. 251, grifo do autor).

Sob a cultura capitalista se criou a grande produção, as indústrias, as estradas-de-ferro, os meios de comunicação, como os correios e os telefones. E, *nesta base* (grifo do autor), consolidou-se a imensa maioria das funções do velho ‘poder de Estado’, simplificadas de tal forma, que qualquer pessoa alfabetizada estava habilitada para realizá-las. Assim, não havendo necessidade de privilégios e ou hierarquias, o ‘salário operário’ contemplava o exercício das funções. Outras medidas consideradas democráticas simples e ‘compreensíveis por si mesmas’ uniam por completo os interesses dos operários e da maioria dos camponeses, ao tempo em que serviram de ligação que conduzia do capitalismo para o socialismo: a elegibilidade completa, a amovibilidade *a cada momento* de todos os funcionários públicos, sem exceção, e a redução dos seus vencimentos ao habitual ‘salário operário’ (LENIN, 1988).

Medidas que dizem respeito à reorganização estatal, puramente política da sociedade, mas só adquirem, naturalmente, todo o seu sentido e importância em ligação com a realização ou a preparação da ‘expropriação dos expropriadores’, isto é, com a transformação da propriedade privada capitalista dos meios de produção em propriedade social. (LENIN, 1988, p. 252).

Lenin (ibid, p. 252) citando Marx, afirma: ‘ A comuna fez da palavra de ordem de todas as revoluções burguesas, governo barato, uma verdade ao suprimir as duas maiores fontes de despesas, o exército e o funcionalismo’, lembrando que tanto do campesinato como de outras camadas da pequena burguesia, só uma pequena e insignificante minoria ‘sobe’, ‘se torna alguém’ no sentido burguês, em outras palavras, se converte ou em pessoas abastadas (burgueses) ou em funcionários privilegiados e com uma posição garantida. Contudo, a maioria do campesinato nos países capitalistas é oprimida pelo governo e aspira a derrubá-lo, aspira a um governo barato. “Só o proletariado pode realizar isto e, ao realizá-lo, dá ao mesmo tempo um passo para a reorganização socialista do Estado” (LENIN, 1988, p. 252).

Salientam-se os termos que Marx utilizava para falar do Estado ao avaliar e analisar a experiência da Comuna: ‘Supressão do poder de Estado’, a ‘excrecência parasitária’, a ‘amputação’ e a ‘destruição’ deste, o ‘poder de Estado já tornado supérfluo’. Como diz Lenin, apesar de tudo isto ter sido escrito há pouco menos de um século, a deturpação do marxismo foi tamanha que é necessário realizar “verdadeiras escavações” para que seu legítimo raciocínio seja divulgado amplamente para as massas sem as deturpações sofridas.

Assim, diz Lenin (1988): os utopistas \_ dedicaram-se a ‘descobrir’ as formas políticas sob as quais devia ter lugar a reorganização socialista da sociedade; os anarquistas \_ esquivaram-se completamente à questão das formas políticas e os oportunistas da social-democracia atual aceitaram as formas políticas burguesas do Estado democrático parlamentar com um limite intransponível e quebraram a cabeça a prosternar-se diante deste ‘modelo’, classificando de anarquismo qualquer aspiração de *demolir* estas formas.

[...] A Comuna é a forma, ‘finalmente descoberta’ pela revolução proletária, na qual se pode realizar a libertação econômica do trabalho [...]. ‘A Comuna é a primeira tentativa da revolução proletária para *quebrar* a máquina de Estado burguesa e a forma política ‘finalmente descoberta’ pela qual se pode e se deve *substituir* o que foi quebrado. (MARX apud LENIN, 1988, p. 260, grifo do autor).

Nestes termos, Lenin ressalta que a partir de toda a história do socialismo e da luta política, Marx deduziu que “o Estado deverá desaparecer e que a forma transitória do seu desaparecimento (passagem do Estado para o não-Estado) será ‘o proletariado organizado como classe dominante’. Mas Marx não se propunha *descobrir as formas* políticas deste futuro”. O grande pensador alemão “limitou-se a uma observação precisa da história francesa, à sua análise e à conclusão a que conduziu o ano de 1851: as coisas aproximam-se da *destruição* da máquina de Estado burguesa” (ibid, p. 259-260, grifo do autor). Com a emergência do movimento revolucionário do proletariado e, apesar do fracasso, da curta duração e da sua fraqueza evidenciada nos fatos, Marx entregou-se ao estudo das formas que o movimento havia descoberto: um caminho, uma nova forma política.

### **Breves apontamentos críticos**

Até aqui, tentamos expor, de forma sintética, as concepções de Lenin sobre o Estado, sobre a *extinção do Estado* e, conseqüentemente, a forma do Estado *proletário*. Questões que foram ao longo dos anos polemizadas pelos “oportunistas” e “revisionistas” e,

oportunamente, pelos pensadores que, na esteira de Marx, buscam realizar a crítica necessária aos limites teóricos sobre os desafios do movimento operário. Sem dúvida, Lenin é um clássico no marxismo e dedicou sua existência a traduzir para os trabalhadores do movimento operário a “doutrina” de Marx e suas possibilidades práticas revolucionárias. Um legado teórico indiscutivelmente útil para o debate atual sobre a transição ao comunismo. Contudo, na perspectiva revolucionária centrada na ontologia marxiana, questões importantes de seu pensamento vêm merecendo ponderações críticas sobre o fato de Lenin não ter colocado como condição para a transição ao comunismo (trabalho associado) a transformação radical da base econômica do Estado burguês (o trabalho alienado). Lenin teria confiado demasiadamente no processo de transformação através do poder político do partido dos trabalhadores.

Tonet (2014, p. 11-13) foca em dois momentos a questão da eliminação do poder político, em uma revolução proletária: a destruição do poder político burguês, entendendo que já foi resolvido nos acontecimentos revolucionários da Comuna de Paris à revolução russa; e o fenecimento do poder político dos próprios revolucionários, entendendo que esta questão relaciona-se, necessariamente, à relação entre o trabalho associado e o fenecimento do poder político. Raciocínio que se contrapõe ao que Lenin coloca sobre os trabalhadores assumirem a direção da grande indústria, com base nas experiências de operários, mantendo a disciplina e a organização através do poder político dos trabalhadores armados. Continuando com Tonet, vimos que o desenvolvimento das forças produtivas e a universalização do processo produtivo são condições imprescindíveis para a entrada do trabalho associado em cena, condições ausentes nos processos revolucionários abortados. Nos desdobramentos da revolução russa, a gestão dos trabalhadores não deixou de produzir mercadorias, pois, mesmo de forma diferenciada do capitalismo típico, foi mantida a exploração do homem pelo homem, situação que seria eliminada pelo trabalho associado.

Nesta perspectiva, evidencia-se a falta de clareza de Lenin sobre a natureza do trabalho associado, raciocínio já apresentado por Engels ao afirmar que “o fenecimento do Estado se realizaria com a estatização dos meios de produção e o planejamento centralizado da economia”; agrega-se a este raciocínio a ideia “fortemente economicista da problemática da produção, reduzindo a socialização dos meios de produção à estatização dos meios de produção e ao planejamento da economia pelo Estado (operário) e à gestão das fábricas pelos trabalhadores” (TONET, 2014, p. 13). O equívoco dos geniais pensadores e revolucionários relaciona-se com o limite teórico sobre a essência da revolução proletária; por não indicar que

é a substituição do trabalho assalariado pelo trabalho associado que realizará a profunda transformação dos processos de produção.

Por sua vez, Silva (2007, p.62) apresenta dois aspectos do economicismo em Lenin: primeiro, ele “não identifica na estrutura material da produção herdada da sociedade burguesa a base da permanência de relações de produção capitalista na fase inferior do comunismo”; segundo, não consegue “identificar o fundamento da permanência da luta de classes na luta pela transformação da estrutura material da produção herdada”.

Já em relação ao raciocínio de Lenin sobre a supressão do Estado, Silva (2007, p. 43) afirma que “apresenta-se como uma tentativa de reunir em uma teoria internamente coerente duas interpretações conflitantes”, que diz respeito à “interpretação da *extinção*” e da “*reabsorção*”. Nestes termos, Silva aponta problemas na questão da extinção do Estado defendida por Lenin, em decorrência de problemas identificados no próprio texto de Engels “*Do socialismo utópico ao socialismo científico*” quando “A dimensão prático-institucional do Estado aparece como não-problemática para a interpretação de ‘extinção’, que toma a supressão do Estado como resultado ‘naturalmente’ da abolição das classes pela apropriação ‘pública’ dos meios de produção” (id, p. 46).

Já em relação à interpretação da “reabsorção”, Silva (ibid, p. 46) não encontra problemas, pois Lenin consegue interpretar a supressão do Estado nos termos colocados por Marx ao analisar a Comuna de Paris; aqui, a questão da supressão é compreendida como um desdobramento necessário e conscientemente iniciado pelo ‘esmagamento’ do Estado. Ação que só será completada “como parte do movimento mais amplo de transformação radical do conjunto das relações sociais”, a partir de várias mudanças bruscas e orgânicas “do próprio modo de produção e não apenas a transferência da titularidade dos meios de produção da burguesia privada para o Estado”. As críticas de Tonet e Silva apontam os limites do raciocínio de Lenin sobre a essência transformadora da revolução social em detrimento da revolução política.

Para aprofundar o conhecimento sobre as questões aqui tratadas, ressaltamos as contribuições dos sólidos estudos \_ desenvolvidos por Ivo Tonet sobre a revolução proletária e o trabalho associado; Sergio Lessa, que vem contribuindo significativamente para o debate sobre a reprodução do capital, entre outros trabalhos, referenciados na ontologia de Lukács; e a dissertação de mestrado de Rafael Afonso da Silva (2007) *Dilemas da transição – um estudo crítico da obra de Lenin de 1917-1923*, como referências fundamentais para a compreensão do pensamento revolucionário do autor russo.

## Considerações conclusivas

Estamos de acordo com a proposição de Sérgio Lessa (2008, p. 1-2) quando afirma que “após Marx e Engels, Lenin é um clássico do marxismo”. Clássico por comungar com Marx e Engels que o comunismo, ‘a livre organização dos produtores associados’ (quando ‘o desenvolvimento omnilateral’ de cada indivíduo é condição para o desenvolvimento de todos) é a superação radical e absoluta do capitalismo. E, neste, processo, entre o ‘velho’ e o ‘novo’ há a destruição da essência do primeiro e a efetivação de uma nova essência humana. Para Marx e Engels era suficiente afirmar o caráter de ruptura, de superação para indicar o sentido e o conteúdo das mediações consubstanciadas no socialismo. Este (o caráter de ruptura) era determinado pelos dois polos entre os quais seria a mediação: a revolução proletária e o comunismo. A Revolução Proletária tomaria o poder da burguesia; o socialismo, com a sua forma política, a ditadura do proletariado, destruiria o capital. Para além do socialismo, teria início o comunismo.

Como vimos, em sua totalidade histórica, as questões do movimento operário e do reestabelecimento da teoria marxista clássica estão intimamente relacionadas e exigem o reconhecimento da necessária crítica aos processos revolucionários e pós-revolucionários, como condição para a construção de uma teoria radical sobre a transição ao comunismo.

De nossa parte, buscamos atingir a intenção inicial em apresentar ideias e questões da obra *O Estado e a Revolução*, de forma aproximada do raciocínio do seu autor, realizando ponderações críticas e compreendendo que para além das críticas *revisionistas*, conhecer o conjunto das obras de Lenin é fundamental para o ressurgimento do movimento revolucionário.

Sendo nosso interesse permanecer investigando a problemática da *supressão* do Estado moderno/burguês, continuaremos refletindo sobre as contribuições do genial pensador russo para o movimento revolucionário. Momento quando tentaremos relacionar às indicações apresentadas pelo conjunto da teoria revolucionária aos processos educativos de caráter emancipador, recomendados por IvoTonet, particularmente, em seu texto *Um Novo Horizonte para a Educação* (2007).

## Referências

FERNADES, Florestan. **Prefácio a Estado e a Revolução**. 1978. Editora Hucitec.

LENINE, V.I. **O Estado e a revolução**. 2. ed. Tomo II. Obras escolhidas em III Tomos. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1988.

LESSA, Sérgio. **Lukács**: momento predominante e transição ao comunismo. Publicado na Revista Novos Temas, 05/06, 2011-12.

NETTO, José Paulo. **Marxismo impenitente** \_ contribuições à história das ideias marxista. São Paulo, 2004. Editora Cortez.

SILVA, Rafael Afonso. **Dilemas da Transição: um estudo crítico da obra de Lenin de 1917-1923**. 2007. 203 f. Dissertação de mestrado. Ciências Sociais. UNICAMP. Campinas-São Paulo. 2007.

TONET, Ivo. **Trabalho Associado e Extinção do Estado**. Acesso em 18.07.2014. <http://www.ivotonet.xpg.com.br>.